

Ata da 2ª Reunião Ordinária da CT-Rural, Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural, realizada no dia 15 de julho de 2005, na Sala do Conselho Técnico Administrativo da ESALQ, no Campus “Luiz de Queiroz” da USP em Piracicaba.

Membros presentes: Sr. Enio Antonio Campana, ABCON; Sr. João Roberto Miranda, AEAA-Região Bragantina; Sr. Angelo Petto Neto, AEAL; Sr. Walter Antonio Becari, DAEE; Sr. Anderson Soares Pereira, EMBRAPA Meio Ambiente; Sr. Marcos Vinícius Folegatti, Sra. Anamaria de Sousa Duarte, ESALQ/USP; Sr. Tonny José Araújo da Silva, IAC; Sr. Humberto Rosante, Prefeitura Municipal de Atibaia; Sra. Dea Rachel Ehrhardt Carvalho e Sra. Martha Mattosinho, Prefeitura Municipal de Campinas; Sr. David Bertanha, Prefeitura Municipal de Cordeirópolis; Sr. Irineu Gastaldo Junior, Prefeitura Municipal de Jaguariúna; Sr. Nelson Luiz Barbosa Neves e Sra. Juliana Varalla, Prefeitura Municipal de Joanópolis; Sr. Aidano Carneiro, Prefeitura Municipal de Jundiaí; Sr. Richard Drago, Prefeitura Municipal de Limeira; Sr. Roberto Ivan Rovagnelli, Prefeitura Municipal de Sumaré; Sr. José Braga Semis, Prefeitura Municipal de Vargem; Sr. José Marco Antonio Pareja Cobo, Preservação; Sra. Déborah Maria Ciarelli, SABESP; Sr. Allan Cristian Rosa, SAEAN; Sra. Fabiane Becari Ferraz, SEESP-DS Piracicaba; Sr. Nélon Luiz Neves Barbosa e Sra. Andréia Collaço Klimionte, Sindicato Rural de Campinas; Sr. João Aparecido Santarosa, Sindicato Rural de Limeira; Sr. Eduardo Soave, Sindicato Rural de Piracicaba; Sr. Artur Costa Falcão Tavares, SORIDEMA e Sr. Edwaldo Luiz de Oliveira, Terceira Via.

Membros ausentes com justificativa: Sr. Luís Carlos Sombini e Sra. Telma Cristina Clauss Menezes, Prefeitura Municipal de Indaiatuba; Sr. José de Sordi Neto, Prefeitura Municipal de Nova Odessa; Sr. Sérgio Antonio da Silva, SABESP; José Aparecido Vivaqua e Dionísio Alberto Fulop, Sindicato Rural de Extrema e Sra. Márcia Calamari e Primo Angelo Falzoni Neto, SMA-DEPRN

Membros ausentes sem justificativa: Sr. Maurício João Mattar, AAEA-Artur Nogueira; Sr. José Fernando Calistrón Valle, CETESB; Sr. Antonio Carlos Scomparim, CODASP; Sr. Tales Augusto de Noronha Mota, COPASA-MG; Sr. Fernando Remo Queiroz Barbosa Júnior, IEF-MG; Sra. Meire Maria Vieira, Prefeitura Municipal de Cabreúva; Sr. Paulo Henrique Pereira, Prefeitura Municipal de Extrema; Sr. Sandro Cecon, Prefeitura Municipal de Itatiba; Sr. Alípio Marques Junior, Prefeitura Municipal de Itirapina; Sr. Antonio Carlos Kotzent, Prefeitura Municipal de Nazaré Paulista; Sr. Antonio Pedro Baccarelli, Prefeitura Municipal de Pedreira; Sr. Rodrigo da Silva Binotti, Prefeitura Municipal de Socorro; Sr. Mário Monteiro França, Prefeitura Municipal de Vinhedo; Sr. Ismael Luis Secco, Sindicato Rural de Indaiatuba e Sr. João Primo Baraldi, Sindicato Rural de Rio Claro.

Demais participantes: Sra. Roberta A. Bruschi Gonçalves Gloaguen, ESALQ/USP; Sr. Ariovaldo Antonio Tadeu Lucas, ESALQ/USP; Sra. Janaína Martinatti Rodrigues, ESALQ/USP; Sr. Alex Chitolina Cazzonato, ESALQ/USP e Célia Regina Ferrari Faganello, ESALQ/USP.

O Prof. Marcos Vinícius Folegatti, Coordenador da CT-Rural, agradeceu a presença de todos, desejando-lhes boas vindas. Agradeceu em especial a Sra. Martha Mattosinho da Prefeitura Municipal de Campinas, que redigiu a Ata da primeira reunião. Deu início à reunião, conforme itens da Pauta previamente enviada a todos os componentes da CT Rural, manifestando a necessidade da participação de todos para dar andamento nos trabalhos da CT-Rural, que estão iniciando, informando que nesta segunda reunião serão feitas algumas apresentações regionais, visando compartilhar as experiências dos Municípios e o conhecimento da inter-relação das atividades do meio rural e urbano. Em seguida, colocou em apreciação a Ata da primeira reunião, consultando a plenária sobre possíveis sugestões de modificação

para aperfeiçoamento da mesma. A Sra. Andréia Collaço Klimionte, do Sindicato Rural de Campinas, manifestou que havia entendido que o grupo de trabalho estabelecido na reunião anterior, deveria juntar dados sobre produção de água e fazer um levantamento sobre irrigação e não preparar dados para apresentação hoje, prevista no item 2 da pauta. **Após esta consideração, a Ata foi aprovada.** O Prof. Folegatti manifestou que a CT-Rural tem um trabalho importantíssimo na discussão sobre a conservação e produção de água, seus conceitos, a cobrança pelo uso da água no meio rural, a conservação do solo, dentre outros. O Prof. Folegatti informou que alguns membros da Câmara manifestaram a dificuldade de participarem de reuniões mensais, sugerindo a criação de grupos e de um site, visando maior interação entre os membros. O Sr. Anderson Soares Pereira, da EMBRAPA Meio Ambiente, poderá auxiliar quanto à criação do site e apoio institucional para sua manutenção. Foi proposto que na próxima reunião, seja feito um planejamento das atividades e ações da CT-Rural, definindo-se as estratégias de atuação visando atingir seus objetivos e pessoas para gerenciarem os assuntos. Em seguida, foram discutidas as **questões de organização e planejamento da CT-Rural**, tendo sido abordados os seguintes pontos: **a)** necessidade de ajuste na nomenclatura do tema: Produção de Água/Conservação da Água; **b)** questão da cobrança pelo uso da água no meio rural (preocupação legítima dos produtores); **c)** questão da conservação do solo para melhorar a produção da água; **d)** levantamento dos problemas relacionados à água no meio rural, visando o planejamento para as próximas reuniões da CT-Rural; **e)** preparar estratégia de argumentação para desmistificar a idéia errônea de que a agricultura é o "grande vilão" da água e dos problemas ambientais, tendo vários componentes da CT-Rural expressado sua opinião de concordância sobre a necessidade de superação desse aspecto negativo, evitando que a atividade agrícola seja penalizada por esse equívoco, esse assunto fará parte da pauta da próxima reunião; e **e)** refletir sobre ações/temas para atuação e planejamento de organização da CT-Rural. O Sr. Edwaldo Luiz de Oliveira, da ONG Terceira Via, informou que poderá auxiliar na reunião de planejamento, sendo necessário, primeiramente, planejar as ações, temas a serem abordados e área de atuação e, em seguida, o planejamento quanto à organização da Câmara Técnica, tendo o Prof. Folegatti agradecido e manifestado que contará com o seu auxílio para a realização da próxima reunião. Ficou aprovado que na próxima reunião ordinária será feito o planejamento da CT-Rural, levando-se em consideração os pontos acima, e que será realizada em Atibaia ou como segunda opção em Jaguariúna. O Prof. Folegatti solicitou que as pessoas presentes se apresentassem, informando seus nomes, área de atuação, entidade representada e município; foi verificado que na presente reunião estiveram representados 10 municípios, num total de 64, decorrendo daí a necessidade de serem discutidas propostas que envolvam um número maior de representantes. Houve sugestão de oficializar todas as Secretarias Estaduais de Agricultura, bem como as Prefeituras Municipais para que participem do Comitê e desta CT-Rural. Lembrou-se que as reuniões das CTs são abertas a todos aqueles que desejem participar, inclusive, àqueles que trabalham diretamente com agricultura, para conhecimento tanto do Comitê como dos problemas existentes. Após a elaboração do planejamento da CT-Rural será importante enviar ofícios às Secretarias Municipais, Associações de Agricultores visando divulgar a importância da Câmara e da participação de representantes dessas entidades proporcionando um intercâmbio de informações quanto aos problemas, dificuldades, etc.... com o objetivo de sugerir melhorias para o setor. Procedeu-se **abertura de palavra aos representantes** para considerações e/ou complementações ao item planejamento. O **Sr. Angelo Petto Neto, da AEAL**, lembrou que a CT-Rural foi criada após várias discussões na Câmara Técnica de

Planejamento, quanto à responsabilidade do setor rural perante os problemas causados à natureza, visando esclarecer que este setor não é o único responsável, sendo que existem problemas que podem ser corrigidos e valorizar a participação dos agricultores quanto à administração do ciclo das águas. **O Sr. Aidano Carneiro, Representante da Prefeitura de Jundiaí**, solicitou que as pessoas que trabalham diretamente com a terra (ou agricultura) levantassem as mãos para identificação. **O Sr. Edwaldo** fez considerações referentes ao pronunciamento do Sr. Angelo Petto Neto (sobre a questão do grande vilão do meio ambiente); **O Sr. Marco Pareja** sugere a criação de um grupo via Internet. **O Professor Folegatti** comenta a existência de grupo que discuta sobre irrigação via Internet e que o problema é ter uma pessoa encarregada de gerenciar esses grupos. **O Sr. Anderson** se prontificou a colaborar para a montagem desse grupo de discussão. **O Prof. Folegatti** colocou a necessidade de se "criar cultura" sobre diversos assuntos, como irrigação, por exemplo, e para isso determinou a abertura de 1 hora de cada reunião para esse trabalho de divulgação e troca de experiências, visando compartilhar conhecimento, tratando os itens objetivamente. **O Sr. João Aparecido Santarosa, do Sindicato Rural de Limeira**; informou que a maioria dos Sindicatos tem jornal próprio, onde poderão ser divulgadas as ações e atividades da CT-Rural. Prof. Folegatti e Sr. João Aparecido Santarosa farão os contatos com os Sindicatos Rurais, para que haja esse espaço de divulgação. **O Sr. Aidano Carneiro, da Prefeitura Municipal de Jundiaí**, manifestou a necessidade de discutir a urbanização da zona rural, embasada muitas vezes em interesses financeiros, reduzindo significativamente as áreas rurais, faz considerações sobre a perda de áreas rurais dos municípios e abordou a questão da produção de água, enfatizou ainda que a agricultura não deve ser realmente apontada como vilã. Sugeriu que a CT-Rural tenha conhecimento e coloque no seu planejamento os diversos eventos vinculados à agricultura de cada município (calendário de eventos). **O Prof. Folegatti** manifestou que a discussão desse assunto e outros, dependerão muito da capacidade de organização da CT-Rural, quanto à promoção de eventos e envolvimento de outros grupos, a fim de ser feita uma apresentação por município sobre essa questão. **O Sr. José Marco Antonio Pareja Cobo, da Preservação**, informou que enviará o Estatuto da Cidade para ser encaminhado, através da Internet, aos membros desta Câmara, o que poderá auxiliar neste assunto. **A Sra. Dea Rachel Ehrhardt Carvalho, da Prefeitura Municipal de Campinas**, argumentou que a preocupação de Campinas coincide com a de Jundiaí no tocante ao avanço dos bolsões urbanos sobre a área rural e comentou que Campinas tem um caráter bastante urbano e tecnológico. Lembrou a respeito das Conferências Municipais ou Congresso da Cidade que costumam ser realizados a cada 2 anos, servindo de base estruturadora do Plano Diretor, instrumento este que também deve legislar sobre o rural. Finalizou relatando que Campinas está tentando estruturar o uso do solo rural como ferramenta para equacionar os diversos problemas pertinentes à água, produção rural, preservação ambiental etc...; informou ainda que existem vários bolsões urbanos agregados à zona rural e que na Conferência da Cidade existe legislação sobre o assunto; acredita ser impossível articular estratégias de uso do solo rural, sem que seja utilizada a ferramenta dos Planos Diretores dos Municípios. **O Sr. Angelo Petto Neto, da AEAL**, lembrou da necessidade de ser mudada a nomenclatura Congresso da Cidade para Congresso do Município, visando abranger cada vez mais o meio rural, sugerindo que cada representante, respeitando sua área de atuação, se esforce para incluir a área rural na pauta desses Congressos ou Conferências. **A Sra. Dea Rachel** complementou enfatizando que a própria legislação municipal exclui o rural, uma vez que são restringidas a questões mais urbanas. **O Sr. Aidano Carneiro, da Prefeitura Municipal de Jundiaí**, informou que a Câmara de

Vereadores de Jundiáí delibera sobre uso de área rural. **O Sr. Humberto Rosante** perguntou se a CT-Rural pode interagir na questão dos condomínios e Prof. Folegatti explicou que a CT tem caráter consultivo e não deliberativo, mas essas questões devem ser discutidas, visando encaminhamentos. **O Sr. Enio Antonio Campana, da ABCON**, informou que o CBH trabalhou para que os municípios implantem a Lei de Recursos Hídricos. O Prof. Folegatti manifestou a necessidade da CT-Rural ter conhecimento sobre as Leis Municipais, Estaduais e Federais. **O Sr. José Marco Pareja Cobo, da Preservação**, comentou sobre a necessidade de ser feito um levantamento planialtimétrico atualizado de todo o Estado de São Paulo e sugeriu que a CT-Rural solicite ao CBH cópia do trabalho contendo levantamento aerofotogramétrico do Estado de São Paulo, tendo a Sra. Dea Raquel informado que a EMBRAPA possui esses dados em seu site. O Sr. Ângelo concordou que esta é uma importante ferramenta para ser disponibilizada aos municípios. O Sr. Edwaldo lembrou da importância de definir a aplicabilidade dessa informação. **O Prof. Folegatti** sugeriu convidar o Sr. Moretti, do DAEE, para fazer uma apresentação sobre o CBH, tendo os membros concordado e lembrou que as ações se materializam com o processo de saturação da informação, e que as da CT-Rural vão depender muito da capacidade de organização das informações e da capacidade de formação de agentes disseminadores das mesmas. Terminada as considerações, houve uma pequena inversão da Pauta, passando-se a abordar sobre o **Item 4: Apreciação do Termo de Referência para elaboração do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ – 2004/2005**: o Prof. Folegatti solicitou que os membros da CT-Rural leiam o Relatório e enviem suas sugestões, que serão agrupadas para serem encaminhadas, com a preocupação em como elaborar a colocação dos temas da CT-Rural no Termo de Referência. O Sr. David Bertanha, da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, sugeriu que cada Município informe como está recebendo a água e entregando-a aos rios. O Sr. Edwaldo lembrou que o desafio é propor a integração da zona rural e urbana, tendo espaço para ambas. O Prof. Folegatti sugeriu convidar o Sr. Moretti a fazer uma apresentação do perfil atual do Comitê, abordando inclusive sobre esse Termo de Referência: como organizar tudo o que está sendo produzido e como colocar esses dados na forma de indicadores; quantificar as 640 microbacias para obter um perfil de cada uma delas. Acrescentou a idéia de alunos de pós-graduação da ESALQ e pesquisadores da EMBRAPA colaborarem para os desafios de integrar e produzir soluções para toda a bacia (produção acadêmica colaborando a esse objetivo). Ficou determinado que para a próxima reunião será estabelecido o teto de 1 hora para a fala do Sr. Moretti: Apresentação do "Estado da Arte" do Comitê e quanto ao Termo de Referência. O restante da reunião será destinado ao Planejamento (trazer questões mais propositivas) e para a formação dos Grupos de Trabalho. **Dando prosseguimento ao Item 2 previsto na pauta**, o Prof. Folegatti consultou sobre os interessados em apresentar dados de seus municípios, tendo início os trabalhos de apresentação: **1) O Sr. Humberto Rosante, da Prefeitura Municipal de Atibaia**, informou que faz 70 dias que está trabalhando na Secretaria da Agricultura de Atibaia, e que trabalha a cerca de 10 anos com os pequenos produtores. Informou que Atibaia tem característica de região montanhosa, com clima mais frio, com propriedades de 4 a 5 hectares, em média, produzindo flores, frutas com caroço, como pêssego, nectarina, ameixa, dentre outras, algumas propriedades estão produzindo nêspera e goiaba de mesa e a produção de morango vem diminuindo muito. Informou que um hectare de flor contrata 10 trabalhadores fixos enquanto que um hectare de morango ou pêssego, contrata entre 6 e 7 trabalhadores. Esses trabalhadores, normalmente, moram nas propriedades. Finalizando sua exposição, o Sr. Humberto informou que a cidade de Atibaia tem muita colônia Japonesa e está sofrendo concorrência da

região de sul de Minas Gerais. **2) A Sra. Andréia Collaço Klimionte, do Sindicato Rural de Campinas**, informou que é difícil obter dados reais da área agrícola, e que esses não condizem com a realidade (cita o LUPA e o último Censo de 2000). Relatou que Campinas é uma metrópole que está invadindo a área rural, sendo que 51% de seu território está classificado como zona rural, porém, somente 2% de sua população reside nesta área. Atualmente, Campinas sofre com o problema de poluição e qualidade de água para irrigação. A cidade de Campinas tem como característica o alto valor da terra, o desenvolvimento de muita tecnologia, porém, não consegue fazer a transferência para os produtores que são muitos resistentes a ela. Finalizando sua apresentação, a Sra. Andréia informou que o Sindicato Rural e a Prefeitura de Campinas estão firmando uma parceria visando fazer o levantamento da área rural, passando a palavra a Sra. Déa Rachel.

3) A Sra. Dea Rachel Ehrhardt Carvalho, da Prefeitura Municipal de Campinas, informou que, apesar de Campinas ser uma cidade urbana, está sendo implantado um banco de dados rurais pelo GDR – Grupo de Desenvolvimento Rural, através de parceria também com a Casa da Agricultura, com a participação de dois engenheiros agrônomos e informou, também, que, a zona rural representa 51% da área do município e que não é totalmente produtiva. Explicou que a Microbacia Pedra Branca foi contemplada pelo GDR para aprofundamento dos trabalhos, por ser uma região muito ligada à produção e exportação de frutas, a exemplo da exportação de goiaba para o Canadá e figo. Em seguida, passou a palavra a Sra. Martha Mattosinho.

4) A Sra. Martha Mattosinho, da Prefeitura Municipal de Campinas - Subprefeitura de Sousas, fez uma apresentação sobre a APA - Área de Proteção Ambiental de Campinas, que foi instituída pela Lei Municipal nº 10.850/2001, para proteger a natureza e melhorar a qualidade de vida da população local. A Sra. Martha apresentou o conceito de APA, informando que as mesmas podem ser instituídas nas esferas federal, estadual ou municipal e que no Estado de São Paulo existem 3 APAs Federais, 18 Estaduais e 2 Municipais, dentre estas, a de Campinas, que localiza-se na porção nordeste do município, definida pelo Plano Diretor de Campinas (Lei Complementar nº 04/05) enquanto Macrozona 1; faz divisa com os municípios de Jaguariúna, Pedreira, Morungaba e Valinhos, englobando na totalidade os Distritos de Sousas e Joaquim Egídio e a região do bairro rural de Carlos Gomes, situado no quadrante nordeste do município. A APA de Campinas possui uma área de aproximadamente 223 km², perfazendo 27% da área do município; trata-se da porção mais elevada, com altitudes que variam entre 1.078 m, na Serra das Cabras em Joaquim Egídio a 550 m, na planície do Rio Atibaia em Sousas; apresenta baixo índice de ocupação urbana, sendo constituída, na maior parte, por áreas rurais, distribuídas em chácaras, sítios e grandes fazendas. A Sra. Martha apresentou os atributos ambientais da APA de Campinas quanto: à água: constituída em zona produtora de água, com muitas nascentes, córregos e ribeirões; aos remanescentes de vegetação nativa, flora e fauna: a região concentra 52,7% do total de matas remanescentes do município, que apesar de descontínuos, esses fragmentos de mata apresentam bom estado de conservação ou condições de recuperação favoráveis, trata-se de remanescentes de Mata Semidecídua, ocorrendo também na área da APA, Mata Atlântica, Cerrado e um outro tipo de vegetação ainda não estudado, que ganhou o nome de Vegetação dos Lajedos Rochosos; existe razoável concentração de Matas Ciliares em diversos trechos de ribeirões e rios. À fauna: existente é diversificada, tendo sido registradas diversas espécies de mamíferos como: bugio, macaco prego, suguí, sauá, veados mateiro e catingueiro, lobo guará, gato do mato e onça parda; espécies variadas de aves como: beija-flores, aves de rapina, gaviões, tucanos, jacus, garças, socós, paturis, maçaricos, colhereiros; espécies de répteis como: corais, jararacas, cascavel, falsas

corais, lagarto, teiú e ameiva. Aos atributos culturais: tradição cultural da imigração italiana, festas religiosas e populares, fazendas históricas do ciclo cafeeiro e rica arquitetura colonial e observatório astronômico municipal. Foram identificados alguns problemas ambientais e conflitos na área da APA de Campinas como: solo arenoso e propenso à erosão, presença de áreas degradadas pela mineração, comprometimento dos mananciais hídricos de abastecimento público, agricultura intensiva em áreas declivosas, ausência de mata ciliar em vários ribeirões, ocorrência de queimadas e supressão de florestas nativas, implantação inadequada de loteamentos na área urbana, ocorrência de inundações na área central de Sousas e em bairros ribeirinhos, estrangulamentos e insuficiência no sistema viário central de Sousas e Joaquim Egídio, parcelamentos irregulares na área rural e tendência à especulação imobiliária. Para possibilitar a preservação do território da APA e equacionar os conflitos existentes foi instituído um Zoneamento Ambiental, empregando o critério de microbacias hidrográficas. Outra ferramenta utilizada foi o estabelecimento de um conjunto de Diretrizes de Uso e Ocupação do Solo, considerando-se o uso existente e as vocações, bem como os conflitos, além da definição de Planos e Programas de Ação, necessários à efetivação do zoneamento ambiental e das diretrizes de utilização do solo. Foram estabelecidos os seguintes planos e programas de ação: Plano de Manejo das Matas Nativas; Programa de Reflorestamento Ciliar; Programa de Controle Ambiental; Programa de Recuperação Ambiental; Desenvolvimento de Alternativas Econômicas; Programa de Educação Ambiental; Programa de Desenvolvimento Turístico e Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural. No aspecto da gestão, foi prevista a instituição de um Conselho, o CONGEAPA - Conselho Gestor da APA, que auxiliará no gerenciamento do território da APA e a necessidade de articulação com os municípios limítrofes para atuação articulada na gestão e controle ambiental. **5) O Sr. Nelson Luiz Barbosa Neves, da Prefeitura Municipal de Joanópolis**, iniciou sua apresentação comentando sobre a falta de valorização da quantidade de água, produzida pelos municípios e informou que acredita que o principal produto de Joanópolis é a água. Por ser uma região montanhosa, é uma grande produtora de água e é bastante explorada, inclusive pelo Sistema Cantareira. O município tem como principais produtos a pecuária, a silvicultura e a produção de sementes em estufa. **6) O Sr. Edwaldo Luiz de Oliveira, da ONG Terceira Via**, apresentou as propostas de criação dos Programas de Agricultura Sustentada e de Organização Social Integrado, apresentados para o Plano de Bacias. O Programa de Agricultura Sustentada tem como objetivo prever investimentos para geração e difusão de tecnologias apropriadas de forma integrada e valor comercial; promover a organização social de produtores: associação, cooperativas, etc...; criar uma política de desenvolvimento rural sustentável, prevendo as formas de ocupação das APP's. Esse programa foi elaborado embasado no fundamento de que nada adianta criar leis que venham proibir um determinado manejo ambiental, quando interfere em atividades produtivas das quais os produtores nesses solos os utilizam para auto-subsistência que, além de pouco resolver ainda eleva os custos. No cenário mencionado, poderiam associar alternativas sócio produtivas ambientalmente corretas e de alto valor comercial com o fator de geração de renda, que seria viabilizado através da implantação de unidades demonstrativas integradas comercialmente, estabelecendo parcerias para o extencionismo, centradas em políticas públicas de desenvolvimento rural integrado sustentável, articulado com grupos comerciais, municipais, instituições financeiras, escolas, ONG's e modelos associativos diversos. Se um produtor encontra uma alternativa rentável ele passará a imitar seu vizinho, mudando assim seus hábitos. O programa abrange toda área das bacias hidrográficas do PCJ. O Programa de Organização Social Integrado tem

por objetivo prever investimentos para organização social de entidades públicas e privadas, de forma integrada, com ações e projetos de interesse da preservação. A fundamentação desse programa baseia-se nos desperdícios de recursos que ocorrem no País pela falta de projetos que venham garantir sua continuidade, uma vez que, um maior nível de organização social existente garante maior chance de um projeto se estabelecer. **7) O Sr. Irineu Gastaldo Junior, da Prefeitura Municipal de Jaguariúna**, iniciou sua apresentação, manifestando que a questão de obtenção da informação é crucial para todos os municípios, informou que Jaguariúna é composta de 12% de área urbana e 35% de área rural e 65% de sua economia centrada em grandes empresas. O Município é cortado pelos Rios Atibaia, Jaguari e Camanducaia. As principais culturas são citrus, cana de açúcar e pastagem, sendo que a cultura de citrus é administrada por famílias tradicionais do município, utilizando 1.500 hectares, a cultura de cana-de-açúcar, utilizam 2.000 hectares, tendo 2 usinas no município e 5.000 hectares são utilizados para pastagem, contendo um rebanho de 8.000 cabeças. O município sofre muita especulação imobiliária, devido à valorização da terra, as propriedades estão nas faixas de 0 a 50 hectares e a população na área rural é 16%. **8) O Sr. Aidano Carneiro, da Prefeitura Municipal de Jundiaí**, informou que todo o município é uma APA, tendo uma malha de proteção ambiental, atribuída por um zoneamento: Zona de Recessão Moderada, que engloba a área urbana; Zona de Conservação Hídrica, que engloba a área rural, toda ela subdividida por microbacias; Zona de Conservação da Vida Silvestre, que engloba a Serra do Japi, território esse que abriga um remanescente semidecidual e atua na conservação hídrica e na proteção da vida silvestre. Jundiaí tem a cultura da uva, fruticultura de citrus, figo, morango, hortaliças, não sendo significativo o problema de irrigação. Terminadas as apresentações, **o Sr. Angelo Petto Neto, da AEAL**, manifestou que a CT-Rural será um elemento de transformação da sociedade, havendo necessidade de juntos esclarecer aos municípios qual é a participação da área agrícola no PIB do município e qual é o retorno de investimentos para essa área. O Prof. Folegatti concorda, devendo ser definida a informação a ser coletada. **A Sra. Andréia Collaço Klimionte, do Sindicato Rural de Campinas**, questionou sobre a porcentagem da cobrança da água que reverterá para a área rural. Foi solicitado a todos os palestrantes que enviem, pela Internet, o resumo de suas apresentações. Após o intervalo para almoço, **o Sr. José Braga Semis, da Prefeitura Municipal de Vargem**, apresentou o video-curso “Recuperação e Conservação de Nascentes”, desenvolvido pelo Centro de Produções Técnicas, dirigido pelo Engº Agrícola José Dermeval Saraiva Lopes e sob a coordenação técnica e apresentação do Prof. Paulo Sant’Anna e Castro, Doutor em Ciências Agrônômicas e Especialista em Hidrologia Florestal e Manejo de Bacias Hidrográficas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O Vídeo apresentou técnicas para recuperação e conservação de nascentes, visando garantir água em qualidade e quantidade, tendo sido abordados os seguintes assuntos: importância da água na vida dos seres vivos; formação das nascentes; tipos de nascentes; características dos reservatórios subterrâneos de água; características das bacias hidrográficas; principais agentes causadores de degradação das nascentes; técnicas de recuperação de nascentes e técnicas de conservação de nascentes. Após a apresentação do video-curso, os membros da CT-Rural discutiram a importância do conhecimento de técnicas adequadas para aumentar a produção de água e em seguida o Prof. Folegatti finalizou a reunião, informando que enviará, através de mensagem eletrônica, o convite para a próxima reunião que acontecerá no dia 12/08/2005, no horário das 9:00 às 15:00 horas, em Atibaia.